



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 30, DE 2024

Dá-se a denominação da “Procuradoria Especial da Mulher”, de “Procuradoria Especial da Mulher Senadora Maria do Carmo Alves”.

AUTORIA: Senador Laércio Oliveira (PP/SE)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2024

Dá-se a denominação da “Procuradoria Especial da Mulher”, de “Procuradoria Especial da Mulher Senadora Maria do Carmo Alves”.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal, passa a denominar-se “Procuradoria Especial da Mulher Senadora Maria do Carmo Alves”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A senadora Maria do Carmo Alves foi a única mulher com 3 mandatos consecutivos na história do Senado brasileiro, em 1998, 2006 e 2014, somando 24 anos ininterruptos como senadora.

Quando chegou ao Senado, era a primeira senadora a representar o estado de Sergipe e uma das duas primeiras da região Nordeste. Natural de Cedro de São João, ela se formou em direito em Aracaju e trabalhou com administração de empresas.

Em 2019, a senadora Maria do Carmo participou da fundação da bancada feminina, como uma das signatárias do projeto de resolução que estabeleceu o grupo no Regimento Interno do Senado (PRS 36/2021).

Em seus dois últimos anos de mandato, Maria do Carmo foi a decana do Senado. Ela não concorreu à reeleição em 2022, preferindo se aposentar da vida pública. No seu último discurso como senadora, recordou sua atuação social e sua dedicação à inclusão das mulheres na pauta pública.



A maior parte dos mandatos da senadora foi dedicada a causas sociais, como os serviços de saúde, a assistência social e o atendimento médico e policial às mulheres. Também insistiu na defesa do desenvolvimento econômico do Nordeste.

Como relatora, trabalhou para aprovar leis como:

- **Lei 9.965, de 2000**, que restringiu a venda de esteroides anabolizantes;
- **Lei 10.244, de 2001**, que revogou a proibição de que mulheres fizessem hora-extra no trabalho;
- **Lei 12.398, de 2011**, que garante aos avós o direito de visita aos netos;
- **Lei 13.931, de 2019**, determinando que profissionais de saúde registrem em prontuário indícios de violência contra a mulher atendida.

A senadora também foi a autora da Lei 14.326, de 2016, que assegurou assistência integral à saúde das mulheres presas durante a gestação e o puerpério.

O projeto original, PLS 75/2012, também inovava ao proibir o uso de algemas durante o trabalho de parto. Essa medida foi incluída em outra lei antes da aprovação do texto de Maria do Carmo.

Sala das Sessões,

Senador LAÉRCIO OLIVEIRA



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.965, de 27 de Abril de 2000 - Lei de Restrição à Venda de Anabolizantes - 9965/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000;9965>
- Lei nº 10.244, de 27 de Junho de 2001 - LEI-10244-2001-06-27 - 10244/01
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2001;10244>
- Lei nº 12.398, de 28 de Março de 2011 - LEI-12398-2011-03-28 - 12398/11
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2011;12398>
- urn:lex:br:federal:lei:2016;14326
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2016;14326>
- Lei nº 13.931, de 10 de Dezembro de 2019 - LEI-13931-2019-12-10 - 13931/19
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2019;13931>
- urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>